

POLÍTICAS E AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

POSTGRADUATE STUDIES POLICIES AND EVALUATION

POLÍTICAS Y EVALUACIÓN DE GRADUADOS DE STRICTO SENSU

Helena Rodrigues de Oliveira Marques FERREIRA¹
Florence Marie DRAVET²

RESUMO: *Políticas e avaliação da Pós-Graduação stricto sensu: da inserção social local à internacionalização* apresenta um panorama crítico da pós-graduação brasileira, sobretudo quanto ao sistema avaliativo externo que tem sido praticado nesse nível de ensino. A obra compõe-se de sete artigos elaborados por docentes e discentes atuantes em cursos de mestrado e doutorado, bem como pesquisadores de órgãos vinculados à Educação, nos quais a comparação entre diferentes sistemas no Brasil e no exterior tece um quadro atual da pós-graduação brasileira e aponta experiências bem-sucedidas que podem incrementá-lo. Nesse sentido, constitui leitura que interessa não somente ao público acadêmico como também ao público em geral que busca acompanhar diferentes etapas e realizações no cenário da Educação nacional.

Palavras-chave: Pós-graduação. Internacionalização. Avaliação da pós-graduação.

ABSTRACT: *Postgraduate Studies Policies and Evaluation: From local social inclusion to internationalization* presents a critical panorama of Brazilian postgraduate studies, especially regarding the external evaluation system that has been practiced at this level of education. The work consists of seven articles written by teachers and students working in master and doctorate courses, as well as researchers from agencies linked to education, in which the comparison between different systems in Brazil and abroad weaves a current picture of postgraduate studies. and points to successful experiences that can enhance it. In this sense, it constitutes reading that interests not only the academic public but also the general public that seeks to follow different stages and achievements in the national education scenario.

Keywords: Postgraduate studies. Internationalization. Graduate Evaluation.

RESUMEN: *Políticas y evaluación de posgrado de stricto sensu: desde la inclusión social local hasta la internacionalización* presenta un panorama crítico de los estudios de posgrado brasileños, especialmente en relación con el sistema de evaluación externa que se ha practicado en este nivel de educación. El trabajo consta de siete artículos escritos por profesores y estudiantes que trabajan en cursos de maestría y doctorado, así como investigadores de agencias vinculadas a la educación, en los que la comparación entre diferentes sistemas en Brasil y en el extranjero entreteje una imagen actual de los

¹ Graduada em Letras-Português e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, Brasil. E-mail: herol.ucb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7895-0530>

² Doutora em Didactologia das Línguas e Culturas, com tese em Comunicação Intercultural, na Universidade de Paris III - Sorbonne-Nouvelle. Pós-doutorado em Comunicação, pela Universidade de Brasília. Coordenadora do Mestrado Profissional Inovação em Comunicação e Economia e Professora do Mestrado e Doutorado em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, Brasil. E-mail: florence@ucb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3822-3627>

estudios de posgrado y señala experiencias exitosas que pueden mejorarlo. En este sentido, constituye una lectura que interesa no solo al público académico sino también al público en general que busca seguir diferentes etapas y logros en el escenario educativo nacional.

Palabras clave: Posgraduación. Internacionalización. Evaluación de posgrado.

RESENHA

FERREIRA, Valdivina Alves (org.). **Políticas e avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu***: da inserção social local à internacionalização. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-62258-26-8

A obra em apreço propõe-se a debater o processo avaliativo realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a internacionalização e a mercantilização do ensino pós-graduado no Brasil, incluindo a contribuição de dois estudos em que são tecidas considerações em relação ao que ocorre no Canadá e em Portugal. As discussões sucedem-se ao longo de sete capítulos, nos quais doutorandos e docentes de diferentes programas de pós-graduação nacionais e internacionais debatem aspectos incidentes sobre a pós-graduação *stricto sensu* conforme a temática geral indicada. É possível distribuir os capítulos em três blocos, quais sejam: internacionalização (capítulos um e seis); expansão e financiamento da pós-graduação (capítulos dois, três e quatro); e análise e revisão da avaliação da pós-graduação (capítulos cinco e sete).

O primeiro bloco inicia-se pelo capítulo intitulado “A Política de Internacionalização da Pós-Graduação *stricto sensu*: breves considerações sobre a atual política da Capes”, dos professores João dos Reis Silva Junior (UFSCar) e Fabíola Bouth Grello Kato (UFPA), concentra-se na análise do V Plano Nacional da Pós-Graduação (de 2011-2020), no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, no relatório da Diretoria de Relações Exteriores da Capes – “A internacionalização da Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes” (2017) – e no Edital Capes nº 41, de 2017 referente ao Programa Institucional de Internacionalização – Capes/PrInt.

Silva Junior e Kato propõem como hipótese que tais documentos e ações levam a crer que ocorre uma indução a parcerias público-privadas, atraindo estudantes e pesquisadores para atividades e missões no país, com a mitigação paulatina da

autonomia universitária como prevista no atual regramento nacional, conduzindo ao conhecimento como matéria prima e, portanto, de interesse mercadológico.

O outro capítulo deste bloco, “Internacionalização da Pós-Graduação em Educação: o caso do PPGE/UFMG”, elaborado pelas professoras Maria de Fátima Cardoso Gomes e Isabel de Oliveira e Silva, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), retoma o relatório da Diretoria de Relações Internacionais da Capes e o Capes/PrInt, trabalhados no capítulo um, analisando a internacionalização no âmbito da pós-graduação.

Para elas, a internacionalização adquire sentido quando contribui “para fazer cumprir as finalidades do ensino, da pesquisa, da produção e difusão de conhecimentos que (...) devem estar a serviço das coletividades nacionais e supranacionais” (p. 133), conquanto tal concepção não seja tão pacífica quando se pensa que as discussões sobre o tema em geral aliam-se ao processo de avaliação dos cursos, o qual enfatiza o sentido de concorrência e prestígio destes.

Após essas considerações, descrevem como são desenvolvidas as ações no eixo Sul-Sul – com países da África e da América Latina –, com ganhos para todos os envolvidos e no qual predomina o protagonismo do programa na formação de docentes, nucleação e solidariedade com outras instituições e países.

Quanto ao eixo Norte-Sul, as autoras ressaltam que, embora seja uma relação passiva, a relação com os Estados Unidos e países da Europa permitem a realização de pós-doutorados e doutorados-sanduíche no exterior, além de fluxo regular de professores visitantes no PPGE.

É interessante observar a postura deste programa diante da internacionalização. Não obstante as potenciais ameaças que esse processo possa apresentar junto à natureza da pós-graduação, submetendo-a aos ditames mercadológicos em marcha desde os anos de 1990 no Brasil, em conformidade com a análise realizada no primeiro capítulo, as pesquisadoras da UFMG demonstram que é possível operar o processo de forma favorável aos programa, trabalhando em frentes distintas das tradicionalmente visadas, quais sejam, as do eixo Norte-Sul, e ampliando as opções de docentes e discentes por meio da atuação junto a países periféricos da economia mundial, permitindo trocas, protagonismo e fortalecimento das relações, principalmente no tocante aos países da América Latina.

No segundo bloco, o capítulo “Interfaces entre PNPG e o PNE na política de expansão e financiamento da pós-graduação no Brasil”, escrito por Luciana Rodrigues

Ferreira (Unama) e Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA), analisa o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e o PNPG 2011-2020 no que se refere ao processo de expansão e financiamento da pós-graduação, operado por agências de fomento, especialmente a Capes, conforme já mencionado, uma vez que as metas e planejamentos descritos nesses documentos precisam contar com financiamento para sustentá-los.

As autoras constatarem que, atendendo aos esforços de expansão da pós-graduação, no período de 2004 a 2014 houve significativo aumento do número de doutores, de docentes envolvidos neste nível de ensino e de concessão de bolsas. Entretanto, a partir do ano de 2010 começaram a ocorrer reduções dos aportes de recursos tanto para a Capes quanto para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como este órgão sempre teve volume menor de recursos, a diminuição de repasses possui impacto maior. Então, com o corte de recursos, o atendimento da expansão e do financiamento solicitado pelas metas dos planos nacionais fica inviabilizado.

Em seguida, no capítulo de autoria de Maria Luísa Machado Cerdeira e Belmiro Gil Cabrito, ambos da Universidade de Lisboa, trata-se da “Pós-Graduação e o sistema científico em Portugal depois de Bolonha: uma expansão ainda insuficiente”.

Os pesquisadores traçam breve quadro evolutivo das mudanças no sistema educacional português desde 1974 até 2017. Na educação superior, percebe-se inicialmente aumento de vagas em universidades existentes, todas públicas, até ao ponto de a demanda superar a oferta, abrindo caminho para a iniciativa privada. Na década de 1990, passou-se a cobrar taxas em universidades públicas, além de sobrevir diminuição do repasse de recursos públicos, resultando na privatização do ensino público.

Além desse movimento, com o surgimento da União Europeia, foi necessário uniformizar os sistemas educacionais dos países envolvidos. Diante dos modelos existentes, optou-se pelo que concedesse certificação equivalente em menor tempo. Essa foi, em síntese, a constituição da Declaração de Bolonha para a formação do Espaço Europeu de Ensino Superior.

Diante do novo modelo de estudos, houve aumento do número de mestres e doutores e de publicações indexadas, alavancando o sistema de produção de conhecimento científico português no quadro europeu e afinando o país a outros considerados mais desenvolvidos. Entretanto, para manter esse perfil, como visto no capítulo anterior, é necessário ampliar o fomento nas instituições de ensino, fortalecendo a mercantilização da educação.

Encerrando o bloco da temática de expansão e fomento, Isabela Cristina Marins Braga (UCB), Lynette Shultz e Ranilce Guimarães-Iosif (UofA, Canadá) discorrem sobre a “Pós-graduação e a formação de doutores em educação no Brasil e no Canadá”.

As autoras utilizaram a análise comparativa³ a partir da análise documental para discutir semelhanças e disparidades entre os critérios de avaliação da pós-graduação nos dois países. No Brasil, essa atividade é conduzida pela Capes, conforme citado; o material analisado foram as fichas de avaliação, documentos de área e relatório da avaliação aplicados ao quadriênio 2013 – 2016, além do PNPG 2011-2020, disponíveis no sítio daquele órgão. No Canadá, observaram a Lei de Aprendizagem da Educação Superior, o Manual de Referência para os Comitês de Avaliação do Corpo Docente e, especificamente, o Manual do Programa de Pós-graduação da Universidade de Alberta (UofA), tendo em vista que nesse país o sistema neste nível de ensino é singular em cada província, levando as autoras a optar por restringir o estudo a esta instituição.

As diferenças entre os dois sistemas ocorrem, basicamente, devido à forma de conduzir a avaliação: como já comentado, a Capes representa o Estado e, portanto, assume caráter centralizador do processo de avaliação, com inclinação regulatória, a despeito de contar com a participação de pares; no Canadá, por sua vez, o Estado não deixa de estar presente no processo, porém há maior autonomia da instituição por meio de um sistema de governança que envolve conselheiros, professores, funcionários, alunos, egressos e membros da sociedade civil organizada.

Da mesma forma que nos demais capítulos, em um texto claro e bem construído, constata-se o movimento de mercantilização da educação em ambos os modelos, o que favorece a competitividade e o ranqueamento entre programas e instituições. Entretanto, a autonomia e o sistema de governança aplicados à instituição canadense conduzem a resultados bastante distintos.

Por fim, o bloco composto pelos capítulos afinados pela temática da análise e revisão da avaliação da pós-graduação.

No capítulo intitulado “A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil: características e contexto”, Elisa Maria Costa Pereira de S. Thiago (Capes) e Vanessa Oliveira Andreotti (University of British Columbia, Canadá) discutem a avaliação e os rumos da educação superior a partir de suas experiências – a

³ Embora as autoras utilizem a expressão “análise comparativa”, registra-se que alguns pesquisadores adotam a distinção entre abordagem teórico-metodológica **comparada** e o método **comparativo**. (WELLER, 2017).

primeira atua nos processos de avaliação coordenado pela Capes e a segunda pesquisa questões de desigualdade e mudança global.

A análise guia-se pela observação de países tidos como modelos com a finalidade de evitar equívocos ali ocorridos e possibilitar que a educação superior brasileira, incluindo a pós-graduação, desenvolva-se precipuamente para a resolução de problemas de sua sociedade e para o bem-estar social de sua população.

Reiterando a tendência estruturante do livro, o estudo aborda a transformação da educação em produto, citando como diversas publicações, desde o ano de 2005, trataram o avanço da influência de instituições supranacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, sobre governos a fim de implementar políticas que tratam a educação como bem privado. Nesse contexto, as autoras destacam a premência de maior autonomia do ensino superior brasileiro, sobretudo por meio da avaliação da pós-graduação devido ao papel indutor de que esta se reveste.

Finalmente, no capítulo “A inserção profissional de mestres e doutores”, por Thaís Almeida Pereira (Capes) e Célio da Cunha (UCB), discute-se a formação de pessoal qualificado no Brasil, considerando as contribuições da pós-graduação *stricto sensu* para a vida profissional dos egressos, analisando especificamente a inserção de mestres e doutores no mercado.

O sistema de avaliação coordenado pela Capes é novamente abordado constatando-se a prevalência da abordagem quantitativa, baseada em critérios de produtividade, no modelo adotado até a última avaliação quadrienal (2013-2016). Apesar da ênfase na produção intelectual vigente até então, os autores constatam, ainda, que a participação brasileira em redes de pesquisa internacionais é inexpressiva, com baixo impacto das publicações nacionais. Isso é agravado pela grande expansão da pós-graduação que se observou desde 2004, resultado de investimentos advindos dos planos nacionais, PNE e PNPG, notadamente quanto ao aumento de doutores, pois demonstra que tais pesquisadores não obtêm inserção e diálogo de seus trabalhos no meio acadêmico internacional.

Quanto ao conteúdo, a obra apresenta quadro interessante da educação superior no Brasil, comparando-a e situando-a relativamente a outros países. A temática da avaliação e da internacionalização balizam as discussões sem, no entanto, desembocar em redundâncias. Ao contrário: a diversidade de perspectivas resultantes do lugar de fala de cada pesquisador permitiu o diálogo e a identidade entre os capítulos compondo

um todo harmonioso e desvelando aspectos específicos dos objetos de estudo observados até o ano de 2018.

Quanto à composição, em geral os textos são bem constituídos, porém percebe-se disparidade no nível de elaboração e coerência em alguns deles. Há falhas gráficas, alguns parágrafos truncados e falta uniformidade na estruturação dos capítulos. Embora possa dificultar a compreensão das ideias defendidas nos trechos em que ocorrem, tais deslizes não diminuem a pertinência e a seriedade do conteúdo apresentado.

Concordando com o prof. Jamil Cury, a obra faz-se leitura necessária a docentes e pesquisadores atuantes na pós-graduação, sobretudo no momento de mudanças na avaliação deste nível de ensino, intensificado após a Avaliação Quadrienal 2017, pelas quais a Capes busca atender às indicações da comunidade acadêmica por uma apreciação mais qualitativa que quantitativa, cujas consequências poderão ser observadas e comparadas às que são analisadas na obra comentada.

Referência

WELLER, Wivian. Compreendendo a Operação Denominada Comparação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 42, n.º 3, p. 921-938. jul./set., 2017.

Recebido: 31/07/2019.

Aceito em: 20/12/2019.

Publicado em: 30/12/2019.

Como referenciar esta resenha:

FERREIRA, Helena Rodrigues de Oliveira Marques; DRAVET, Florence Marie. Políticas e avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 16, p. 443-449, out./dez., 2019. e-ISSN: 2359-2087. Disponível em:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>.